



MÁRIO SOARES NA CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA

**MÁRIO SOARES
NA CONSTRUÇÃO
DA DEMOCRÁCIA**

*Seis entrevistas históricas (1972-1993)
e um epílogo (2014)*

Organização de

MÁRIO MESQUITA

L I S B O A :

TINTA-DA-CHINA

MMXIV

© 2014, Edições tinta-da-china, Lda.
Rua Francisco Ferrer, 6A
1500-461 Lisboa
Tels.: 21 726 90 28/29/30
E-mail: info@tintadachina.pt
www.tintadachina.pt

Título:
*Mário Soares na Construção da Democracia.
Seis entrevistas históricas (1972-1993)
e um epílogo (2014)*

Organização:
Mário Mesquita

Revisão: Tinta-da-china
Capa: Tinta-da-china (P. Serpa)
Composição: Tinta-da-china
1.ª edição: Dezembro de 2014

Fotografias da capa e da contracapa:
© Arquivo Isabel Soares

ISBN: 978-989-671-243-3
Depósito Legal n.º 384359/14

Mário Mesquita é um velho amigo meu desde os tempos da luta contra o salazarismo. Natural dos Açores, foi sempre um grande jornalista, tendo sido, depois do 25 de Abril de 1974 e do regresso à Liberdade e à Democracia, director do *Diário de Notícias*.

Dos anos 70 até à actualidade, fez-me várias entrevistas, que agora se vão publicar em livro, graças à editora Bárbara Bulhosa.

É com imenso prazer que faço esta breve nota, com os agradecimentos ao meu velho amigo Mário Mesquita e à excelente editora Bárbara Bulhosa, que tanto fiquei a admirar.

MÁRIO SOARES
Lisboa, 2014

ÍNDICE

Apresentação.....	II
Jornalismo e cidadania	15
ENTREVISTAS 1972-2014	
A estratégia dos socialistas em tempo de exílio.....	43
<i>1972</i>	
A crise da «unicidade sindical».....	69
<i>Janeiro de 1975</i>	
A instabilidade política com governos minoritários	85
<i>Junho de 1977</i>	
À procura do semipresidencialismo nos primeiros dez anos de democracia.....	125
<i>Abril de 1984</i>	
De primeiro-ministro questionado a presidente super-consensual.....	197
<i>Abril de 1990</i>	
Os 20 anos do PS celebrados numa sociedade conservadora	237
<i>Abril de 1993</i>	
Em tempos de crise e austeridade – epílogo em forma de entrevista.....	265
<i>2014</i>	
Siglas.....	283

APRESENTAÇÃO

Mário Mesquita

Personagem decisiva na história contemporânea de Portugal, na oposição ao salazarismo e na construção da democracia, Mário Soares é autor de vasta bibliografia – mais de cem livros, salvo erro – que se foi avolumando ao longo de décadas. Faz sempre questão em deixar as suas decisões e actos políticos justificados por escrito, ao dispor dos cidadãos e estudiosos. No contexto de aceras lutas políticas, está – ou parece estar – sempre presente na sua mente a necessidade de explicá-las aos seus contemporâneos.

Este livro é uma gota de água no conjunto da obra de Mário Soares (e sobre Mário Soares). São sete entrevistas, efectuadas de 1972 a 2014. Foram gravadas e, depois, reproduzidas na imprensa diária, à excepção da última, inédita, feita por escrito e destinada a figurar como uma espécie de epílogo. A colectânea abrange um período de quarenta e dois anos, tendo sido os textos publicados nos jornais *República* (1974; 1975); *Diário de Notícias* (1977; 1984; 1993) e *Diário de Lisboa* (1990).

Os títulos não correspondem aos que foram escolhidos pela imprensa de então, por serem, como é natural, demasiado «colados» às circunstâncias do momento em que tiveram lugar. Construíram-se novos enunciados mais adequados à distância

que nos separa do tempo em que certas declarações foram proferidas.

A primeira entrevista, intitulada «A estratégia dos socialistas em tempo de exílio», foi gravada no início da década de 1970, durante o exílio de Mário Soares em França, no Hotel Saint Pierre, na Rue de l'École de Médecine, mas só foi publicada na imprensa portuguesa após o 25 de Abril, no dia do seu desembarque na estação de Santa Apolónia (jornal *República*).

Segue-se, com data de Janeiro de 1975, a entrevista designada, neste volume, por «A crise da unicidade sindical (jornal *República*)», efectuada durante o primeiro grande embate entre o PS e o PCP, a propósito da vontade de impor por via legal uma central única dos sindicatos.

O texto «Tempo de instabilidade com governos minoritários» foi publicado em Junho de 1977 (*Diário de Notícias*), numa fase embrionária da democracia semipresidencial, em que ainda não se tinham consolidado as relações entre o texto da Constituição de 1976 e a prática constitucional. É uma intervenção de Mário Soares moldada pela combatividade política à sua direita e à sua esquerda.

A quarta conversa está subordinada ao título «A procura do semipresidencialismo nos primeiros dez anos de democracia». Publicada no *Diário de Notícias*, a 24 de Abril de 1984, constitui uma espécie de balanço da primeira década da democracia portuguesa. Mário Soares exercia então o cargo de primeiro-ministro do governo de coligação com o PSD, que ficou conhecido por «bloco central».

Dezasseis anos passados, o regime emanado do 25 de Abril de 1974 ultrapassou a duração da República de 1910. O *Diário de Lisboa* assinalou a efeméride com um colóquio internacional em

que participaram alguns dos jornalistas estrangeiros presentes em Portugal nos anos de 1974 a 1976*.

A entrevista intitulada «De primeiro-ministro contestado a presidente super-consensual», publicada a 24 de Abril de 1990 (*Diário de Lisboa*), relaciona os temas em debate no colóquio com os jornalistas estrangeiros (a forma como os *media* internacionais interpretaram a Revolução de 1974) com a evolução da democracia portuguesa, numa época de coabitação pacífica: Mário Soares é presidente da República (aproxima-se do final do primeiro mandato); Cavaco Silva exerce o cargo de primeiro-ministro, em período de aparente prosperidade europeia. Ao contrário das restantes entrevistas deste livro, conduzidas apenas por mim, nesta participaram também as jornalistas Diana Andringa e Dina Soares.

«Os 20 anos do PS celebrados numa sociedade conservadora» são outro tópico em que se interligam o vigésimo aniversário do Partido Socialista e a coabitação, nem sempre amável, entre o presidente Mário Soares e o primeiro-ministro Cavaco Silva, tendo sido divulgada a 19 de Maio de 1993 (*Diário de Notícias*). Devo ao meu saudoso amigo Mário Bettencourt Resendes, à época diretor do *Diário de Notícias*, a possibilidade de ter realizado esta entrevista. Vinte anos depois, o diálogo entre os dois «congressistas» de Bad Münstereifel† – o pai-fundador e o jovem algo reticente de 1973 – partiu das questões de antes do 25 de Abril e prolongou-se até à conjuntura de 1993, ao tempo da

* Mário Mesquita e José Rebelo, *O 25 de Abril nos Media Internacionais*, Porto, Afrontamento, 1994.

† Acerca do Congresso de Fundação do PS, em Bad Münstereifel, remeto para «A Minha Versão dos Factos», em Mário Mesquita, *O Estranho Dever do Cepticismo*, Lisboa, Tinta-da-china, 2013, pp. 229-231.

coabitação conflitual (segundo mandato) entre o presidente Mário Soares e o primeiro-ministro Cavaco Silva.

O sétimo e último diálogo, feito expressamente para este volume, intitula-se «Em época de crise e austeridade – epílogo em forma de entrevista» (2014). Incide sobre questões de actualidade política, mas, além disso, permitiu esclarecer aspectos em que o pensamento de Mário Soares se modificou, desde a sua própria atitude sobre o marxismo até à avaliação do papel histórico de Afonso Costa.

Merece ainda referência o texto «Jornalismo e cidadania», palestra seguida de debate, realizada na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra em 1996. Mário Soares, numa intervenção improvisada, percorreu várias fases do seu relacionamento com a imprensa, desde o tempo da censura prévia até ao pós-25 de Abril, passando pelo exílio em França. Dedicou ainda algum tempo ao diálogo com os professores, alunos e jornalistas presentes no teatro Paulo Quintela. Atendendo à temática, considerámos que fazia sentido incluir o texto na introdução a este livro.

JORNALISMO E CIDADANIA*

Mário Soares

Fui convidado pelo meu amigo Mário Mesquita para participar neste colóquio subordinado a um tema aliciante: «Jornalismo e Cidadania». Direi apenas algumas palavras introdutórias, a que se seguirá o diálogo convosco.

Tenho acompanhado a criação da vossa licenciatura em Jornalismo, que constitui uma experiência pioneira da Universidade de Coimbra, à semelhança de outros domínios onde também tem inovado. Noto que se trata de uma experiência muito aberta ao exterior, o que é muito bom e, por outro lado, que está a ser feita de uma maneira um pouco informal, visto que têm convidado as mais diversas personalidades para dialogar convosco, para vos falarem, vos ouvirem e para responderem às vossas questões.

Agradeço muito por me terem convidado, embora eu não tenha uma especial competência em relação a esta temática. É certo que no que diz respeito às questões referentes à cidadania

* Trata-se de um texto proferido por mim, na Universidade de Coimbra, a pedido do meu amigo e grande jornalista Mário Mesquita. Escrevi-o e li-o na referida Universidade, perante os estudantes e dignos professores, e intitulei-o «Jornalismo e cidadania» em Janeiro de 1996. Mas quando o Mário Mesquita m'o deu a ler, constituiu para mim uma grande surpresa, porque já não me lembrava dele. Quanto à sua qualidade, os actuais leitores avaliarão. Mas em alguns aspectos, a conferência continua a ser extremamente actual, como os eventuais leitores verão...

tenho algumas ideias. Relativamente ao jornalismo, a única coisa que vos posso dizer é que, quando tinha a vossa idade, gostaria de ter sido jornalista. Mas, nessa época, existia, em Portugal, a ditadura. E todas as ditaduras são adversas ao jornalismo, porque a liberdade para os jornalistas é como o ar que se respira. As pessoas não podem viver sem ar. E os jornalistas, sem liberdade, também dificilmente vivem.

Na época da monarquia, houve jornalistas eminentes, assim como na I República. João Chagas, um grande jornalista, chegou a ser primeiro-ministro, depois de ter sido embaixador em Paris. Homem Cristo, recentemente falado a propósito de um episódio da última campanha eleitoral, foi também um jornalista importante e truculento. Mayer Garção, republicano, director do *Mundo*, é outro exemplo que posso referir.

Durante a ditadura os jornalistas ficaram, de certa maneira, sufocados, visto que a primeira medida da ditadura consistiu em criar a comissão de censura. Sem censura a ditadura não podia sobreviver. Os malefícios da ditadura e a maneira de proceder daqueles que nos dominavam eram tais que, se houvesse liberdade para os denunciar, obviamente as pessoas reagiriam. Quando estava no exílio, perguntaram-me um dia o que considerava mais importante para a manutenção da ditadura, se era o terror da polícia política, o poder económico ou o partido único. Respondi que a ditadura se mantinha porque existia uma censura impiedosa, porque se a censura não existisse, mesmo com todas as polícias políticas, a ditadura seria derrubada.

Com a nossa II República, instituída graças ao 25 de Abril, o jornalismo floresceu, de uma forma notável: apareceram novos títulos, os velhos jornais remodelaram-se, as televisões tiveram um novo impulso, apareceram estações de rádio extrema-

mente agressivas e importantes, na perspectiva da informação e da opinião. Não é de estranhar que, neste contexto, depois de várias tentativas, algumas delas malsucedidas, se chegasse finalmente à constituição de uma licenciatura em Jornalismo.

Segundo me disse o senhor reitor, o vosso curso é constituído por dois anos, com disciplinas de cultura geral, relativas à formação intelectual e cultural dos futuros licenciados e que no terceiro e quarto anos haverá um ensino mais especializado em jornalismo. Isso parece-me bem porque os jornalistas têm actualmente um grande poder. São orientadores da opinião pública, que tem um grande peso em sociedades abertas e democráticas, porque determina as grandes linhas de orientação da política. Daí que seja extremamente importante a ligação dos jornalistas com os políticos. Às vezes, essa relação entre jornalismo e política é boa, fecunda e complementar, mas, noutros casos, é suspeita porque os jornalistas são frequentemente manipulados ou, pelo contrário, porque os jornalistas pretendem manipular. Há suspeição nos dois sentidos e por isso as relações são frequentemente conflituosas.

Nem sempre os conflitos são maus, porque a democracia é o regime que gere e dirige, através do voto e de processos democráticos, as suas próprias tensões. Os conflitos são normais porque as sociedades são pluralistas. As pessoas não pensam todas pela mesma cabeça. Têm opiniões e interesses divergentes. Existem, por vezes, interesses antagónicos entre determinados sectores sociais, a sociedade portuguesa no seu conjunto e todas as outras sociedades europeias. É preciso dirimir esses conflitos. E só há duas hipóteses: ou se dirimem pela força, e então cai-se na ditadura e na violência; ou se dirimem através do voto, ou de outras formas características de uma democracia pluralista.

Vocês têm a sorte de ter convosco um jornalista experimentado que é o Mário Mesquita. Sou amigo dele desde o tempo em que éramos os dois mais jovens – isto é, eu era mais jovem do que sou hoje e ele era completamente jovem. Tivemos relações correctas, da minha parte de admiração em relação a ele como jornalista, mas nem sempre foram relações fáceis – e é isso que dá um conteúdo de seriedade ao nosso relacionamento.

O Mário Mesquita foi director de um grande órgão de informação, com uma idade muito jovem, e foi – tenho muito gosto em reconhecê-lo – um brilhante director. Marcou a orientação do jornal, o *Diário de Notícias*, na altura o maior jornal português, e eu posso-vos garantir que enquanto ele foi director não foi nada doce em relação a mim, absolutamente nada. Tenho mesmo tendência a dizer que ele foi um bocadinho amargo, com uns pinguinhos de limão um pouco excessivos. Gostaria mais que fossem de laranja, mas foram de limão. Mas essa tensão tornou sólida a nossa amizade, porque é uma amizade feita no respeito mútuo e na total independência, como deve ser entre homens políticos e jornalistas. Quando deixa de ser assim, as coisas não caminham bem entre os homens políticos e os jornalistas.

A cidadania é algo que se constrói. Nos regimes autoritários ou totalitários não há cidadãos. Há súbditos. Há pessoas que sofrem um poder. Durante 40 anos, em Portugal – e há aqui alguns professores que têm uma idade próxima da minha, como é o caso do professor Galopim de Carvalho – queríamos ser cidadãos porque éramos insubmissos. E essa insubmissão, quando nos atrevíamos a passar a marca, levava-nos à cadeia, ao ostracismo, às perseguições, ao exílio, às deportações. Não era fácil de resistir.

Numa sociedade aberta, pelo contrário, existem cidadãos. E o cidadão é alguém que está consciente de que tem direitos,

pura e simplesmente por ser cidadão, por ter nascido numa sociedade livre. E que impõe esses seus direitos. Entre esses direitos avulta o de poder exprimir livremente as suas opiniões, de dizer e escrever o que pensa da política, dos políticos, dos governos e das oposições. Mas não é só isso. Um cidadão tem também o direito a ser informado de forma isenta. E tem direito a uma informação que lhe seja prestada com independência e isenção.

Esse é um dos pontos importantes, e que nos leva a perguntar se há efectivamente um jornalismo completamente isento. Por isso mesmo é preciso que os jornalistas tenham um curso, uma preparação teórica e cultural sólida, de modo a conhecerem bem os seus direitos e os seus deveres, de modo a que se esforcem, para além das suas próprias convicções a serem isentos no exercício das suas funções. Esse é um dos pontos de honra da deontologia dos jornalistas: o dever de serem isentos.

A isenção é difícil de conseguir. As sociedades estão numa fase de mudança acelerada. Assistimos a transformações no nosso mundo, não só em Portugal, mas no mundo inteiro. São transformações assombrosas, de carácter científico, tecnológico, político, social e económico. O mundo está a globalizar-se. Globalizaram-se os conhecimentos, porque se generalizaram a todo o mundo. Aquilo que se ensina, hoje, em teologia, em matemática ou em economia na Universidade de Coimbra não é diferente daquilo que se ensina nas mesmas matérias numa universidade dos Estados Unidos, de França ou da Inglaterra. Há uma globalização e uma actualização quase imediata do conhecimento. Globalizou-se a informação que se tornou instantânea, tudo o que se passa no mundo sabe-se no minuto próprio em que o acontecimento existe.

A informação é instantânea. Mas isso acontece em tudo. E como a informação é instantânea, torna-se incontrolável porque as pessoas que a recebem reagem imediatamente. A partir desse momento, o processo é incontrolável, porque a informação gera informação, reacções e contra-reacções em cadeia. É necessário, por isso, que seja transmitida com extremo rigor.

Muitas vezes os políticos e outros cidadãos são confrontados abruptamente pelos jornalistas com questões que desconhecem, relacionadas com notícias acabadas de chegar ao conhecimento do jornalista. Frequentemente sucede que o político ou o cidadão responde. Nem sempre o fará da melhor maneira. Mas aquela resposta é imediatamente comentada, de uma forma descontextualizada, porque é resumida a uma só frase, quando estava inserida numa explicação mais ampla. Depois, passa a ser objecto de artigos elaborados pelos comentaristas. A partir daí aquela frase transforma-se quase numa verdade objectiva. Para o incauto cidadão que a proferiu é muito difícil rectificá-la.

Simplesmente, esse pequeno acontecimento acaba por não ter grande importância, porque no mundo da intercomunicação e da sociedade aberta, tudo isso acaba por ser digerido. Aquilo que parece muito dramático e terrível em certa altura, no dia seguinte banaliza-se. Há uma espécie de auto-regulação de todas estas questões, que são digeridas com maior facilidade do que à primeira vista parece pela opinião pública em geral.

Além da globalização dos conhecimentos e da informação, há a globalização das economias, que faz com que todos os países estejam dependentes entre si. Nos anos da ditadura, Portugal estava isolado das grandes correntes de opinião e da opinião mundial. Hoje estamos inseridos em todas as grandes organizações internacionais da nossa área. Temos que ter em conta, não

somente aquilo que se passa em Portugal, mas também aquilo que se passa nos outros países. Entre as grandes transformações conta-se a generalização das televisões e dos rádios, dos computadores, das auto-estradas de comunicação, da Internet e de todas essas novas tecnologias. Graças a todo esse conjunto de instrumentos, vivemos numa sociedade mediática.

Como é que as democracias em geral podem coabitar e coexistir com as sociedades mediáticas? Em que medida a mediação das sociedades e da democracia põe em causa certos valores que nós tínhamos como absolutos e instituições que consideramos essenciais, como sejam a democracia representativa, os parlamentos, os partidos políticos, os sindicatos? Somos levados a questionar se a democracia mediática pode constituir um curto-circuito à própria actividade representativa democrática, ou seja, à actividade dos partidos, dos sindicatos e dos parlamentos.

A mediação introduz um elemento de velocidade na vida política. Ainda o deputado não proferiu o seu discurso na Assembleia, e muitas vezes sucede – porque o escreveu previamente ou teve a franqueza de falar sobre ele com um jornalista – que as linhas gerais da intervenção já são conhecidas por toda a gente e já suscitaram comentários e reacções, antes de o deputado usar da palavra no local próprio.

Antigamente, era possível decidir no segredo dos gabinetes dos partidos e dos próprios governos. Actualmente, sucede, com frequência, que as decisões já foram previamente anunciadas, ou sugeridas como possibilidade. Antes do momento da tomada de decisão, já houve reacções e contra-reacções que colocam os decisores perante situações totalmente novas. Isto faz com que os conceitos da própria democracia representativa e da

actividade partidária dos partidos e dos sindicatos, essenciais a uma vida democrática aberta, tenham que ser repensados.

Não se pense, contudo, que o problema se reduz às relações tensas e conflituosas entre os jornalistas e o poder político. Porque há também outro aspecto extremamente importante. Refiro-me ao poder económico, que também possui os seus centros de decisão e que também é condicionado pelo mesmo tipo de mediação. Ao mesmo tempo, verifica-se algo que pode representar uma certa perversão democrática. Os jornais, as televisões, as rádios, as agências noticiosas, as «auto-estradas da informação» constituem emanações de um poder económico. Nesse sentido, não são neutras nem isentas. Prosseguem objectivos, precisam de ter lucros.

Vocês ouvem falar todos os dias no grande problema da concorrência entre televisões e dos efeitos das leis do mercado aplicadas à informação e à comunicação social. Em certa perspectiva, para se conquistar audiências seria preciso abastardar o produto, o que representa um grande perigo. Temos visto que as televisões – não falo só em Portugal – servem quotidianamente doses maciças de violência e pornografia aos consumidores da informação. Isso levou Karl Popper – um grande teórico da democracia, que teve a honra de conhecer – a sustentar no seu último escrito que perante o fenómeno da violência veiculada através das televisões, se colocava o problema de saber se não seria preferível voltar à censura nessa matéria.

Numa conversa que tive com Popper, em Londres, reagi fortemente contra essa ideia. Disse-lhe: «Tudo menos a censura!» Conheci os malefícios da censura na própria pele e lutei toda a minha vida contra ela. Haverá certamente outras maneiras de chegar ao mesmo objectivo que consiste em impedir essa

cultura da violência e o abastardamento do sexo, através da pornografia. E isso é algo que naturalmente preocupa todos os sociólogos, e todas as pessoas que reflectem sobre o nosso futuro comum. Temos, cada vez mais, um mundo que está em situação difícil, mas que é, cada vez mais, um mundo só. Estamos todos no mesmo barco, somos prisioneiros do mesmo destino, que não sabemos bem qual é. Por isso mesmo temos necessidade de nos empenharmos numa cultura da solidariedade, da paz e da liberdade.

As televisões têm um efeito, quase insensível, na educação. Desde as idades mais jovens, as crianças começam logo a receber essa influência. E, dado que a família patriarcal acabou e está reduzida aos pais e aos filhos – às vezes, nem isso, porque os pais estão separados – as crianças estão muitas vezes isoladas. Quando vêm da escola, passam horas sozinhas perante as televisões – e isto é um fenómeno que se regista na América, na Europa e no Japão. E o que é que elas recebem? Recebem precisamente uma cultura completamente contrária àquela que deveriam receber para serem cidadãos bem formados e para serem cidadãos conscientes dos seus deveres e dos seus direitos na sociedade.

Como é que se pode resolver um problema desses, sabendo-se que, além dos próprios órgãos de comunicação social, existem poderes económicos poderosíssimos por detrás deles, que os orientam e condicionam? Essa é uma grande questão. A consciência cívica dos próprios jornalistas e dos profissionais da comunicação, o espírito deontológico, os sindicatos e as associações de jornalistas – porventura, uma ordem de jornalistas – podem ter um papel de auto-regulação da matéria produzida para a informação e para o produto informativo, de forma a compensarem os interesses económicos. E naturalmente também através de uma

intervenção do Estado, que tem que ser feita, obviamente, com pinças, sem a mão pesada e de forma a – falando em linguagem académica – «não meter o pé na poça» em matéria da relação com a imprensa ou com os jornalistas em geral.

Tenho algum conhecimento disso. Não estou isento de pecados nesta matéria – o Mário Mesquita está-se aqui a rir. Não tenho nenhuma dificuldade em reconhecer que, como primeiro-ministro, fiz ou deixei fazer algumas intervenções dessa ordem. Hoje penso que não o devia ter feito. Mas por razões de oportunidade, não de oportunismo, e de conjuntura e circunstância.

Neste momento interessa examinar o que deve ser feito com vista a estabelecer a cultura da paz, da democracia e da solidariedade que preconizo. Os neoliberais consideram que todos estes problemas se resolvem pela tal mão invisível que dirige o mercado: tal como na concorrência em relação a todos os outros produtos, as questões resolvem-se por si. Aqueles que têm uma consciência social mais aguda – socialistas, sociais-democratas ou trabalhistas (estas expressões são equivalentes em quase todo o mundo, embora não o sejam em Portugal) – continuam a entender que o Estado deve ter uma intervenção correctora. As relações mercantis geram grandes desigualdades e os poderes públicos devem corrigi-las, tanto quanto possível, embora deixando funcionar o mercado.

Também nesse domínio do produto informativo, o Estado deve intervir para que a informação seja isenta. Mas deve fazê-lo com o máximo dos cuidados, estimulando os mecanismos de auto-regulação, que devem ser suscitados pelas associações de classe, pela consciência dos próprios jornalistas e dos profissionais da informação e também pelo esclarecimento da opinião pública.

Todas as pessoas têm «bom senso». E já dizia Descartes – e eu sou cartesiano – o bom senso é a coisa mais bem repartida no mundo. Porque já não há ninguém que se considere a ele próprio privado desse bom senso. Por isso, quando se apela para o bom senso e para a consciência das pessoas, elas percebem essa mensagem que estou aqui a tentar fazer passar. Os jornalistas são responsáveis pela informação que difundem. Devem fazê-lo com o máximo de sentido deontológico possível. Para isso existem as regras de deontologia.

Estou convencido que as pessoas têm bom senso e percebem, quando lhes explicam as coisas. Numa sociedade democrática é possível que, durante algum tempo, as pessoas achem graça a certo tipo de programas de televisão, como aqueles que metem «escovas de dentes», mas, a partir de certa altura, os espectadores começam a perceber que aquilo não tem qualidade. Quando o percebem, deixam de ver, as audiências diminuem e o produto terá de possuir outra qualidade. É neste sentido que me refiro à «auto-regulação» do jornalismo.

Era essencialmente isto que vos queria dizer. O meu desejo é falar pouco para vos dar a palavra, a fim de colocarem questões. Perguntas difíceis. Se eu não souber responder, passo a palavra aqui ao Mário Mesquita, ou a outro professor. Eles é que são os vossos professores, não sou eu. E, portanto, responderão.

Esta profissão que vocês escolheram é uma carreira apaixonante e exigente. Pressupõe o sentido da responsabilidade. Por isso devem preparar-se o melhor possível para virem a ser grandes profissionais. Porque só com grandes profissionais de jornalismo – a par de políticos, juristas, professores e tantos outros – podemos estar seguros que a democracia funciona bem e existe uma opinião pública alerta, vigilante e responsável.

**MÁRIO SOARES
NA CONSTRUÇÃO
DA DEMOCRÁCIA**

foi composto em caracteres
Hoefler Text e Benjamin Gothic Wide,
e impresso pela Guide, Artes Gráficas,
sobre papel Coral Book de 80 gramas,
em Novembro de 2014.

